



POLÍTICAS PÚBLICAS E SUA INSERÇÃO NA DIMENSÃO ESPACIAL DO TERRITÓRIO

Stênio Maia Estevam ¹

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo principal discutir como vem sendo utilizado o recorte areal do território na implantação das políticas públicas. Para alcançar esse objetivo, foram realizadas leituras e reflexões sobre a temática proposta, buscando autores como Azevedo (2003), Haesbaert (2004), Raffestin (1993), Rua (1998), Saquet (2011), Souza (2006), dentre outros. As discussões a que nos propomos partem do pressuposto de que a adoção do recorte territorial pelas políticas públicas se deu principalmente em virtude das mudanças que vinham ocorrendo a nível nacional e internacional em que o Estado passa a reconhecer as novas dinâmicas presentes no espaço e a necessidade de incorporar e reavaliar os instrumentos governamentais.

Palavras-chave: Estado, Políticas públicas, Perspectiva territorial.

RESUMEN

El objetivo principal de esta investigación es discutir cómo se ha utilizado el área del territorio en la implementación de políticas públicas. Para lograr este objetivo, se realizaron lecturas y reflexiones sobre el tema propuesto, buscando autores como Azevedo (2003), Haesbaert (2004), Raffestin (1993), Rua (1998), Saquet (2011), Souza (2006), entre otros. Las discusiones que proponemos parten del supuesto de que la adopción de un corte territorial por parte de las políticas públicas se debió principalmente a los cambios que se estaban produciendo a nivel nacional e internacional, en los que el Estado comienza a reconocer las nuevas dinámicas presentes en el espacio y el necesidad de incorporar y reevaluar los instrumentos gubernamentales.

Palabras clave: Estado, Políticas públicas, Perspectiva territorial.

ABSTRACT

The main objective of this research is to discuss how the area of the territory has been used in the implementation of public policies. To achieve this goal, readings and reflections were carried out on the proposed theme, seeking authors such as Azevedo (2003), Haesbaert (2004), Raffestin (1993), Rua (1998), Saquet (2011), Souza (2006), among others. The discussions that we propose are based on the assumption that the adoption of a territorial cut by public policies was mainly due to the changes that were taking place at national and international level, in which the State starts to recognize the new dynamics present in the space and the need to incorporate and re-evaluate government instruments.

Mots-clés: State, Public policies, Territorial perspective.

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará – PropGeog/UECE, steniopinheiromaia@hotmail.com;



INTRODUÇÃO

A função desempenhada pelo Estado na sociedade vem sofrendo alterações ao longo do tempo. No século XVIII e XIX, por exemplo, o mesmo tinha como principal meta a segurança pública e a defesa externa (SOUZA, 2006). No entanto, com o desenvolvimento e expansão da democracia as funções e responsabilidades do Estado vem ganhando características novas principalmente no que se refere ao bem estar da sociedade.

Para tanto, ele necessita conduzir várias ações e atuar em áreas como a saúde, educação, lazer, meio ambiente, dentre outras. Para atender a essas necessidades e consequentemente promover o bem estar da população, os governos passaram a utilizar as políticas públicas que podem ser definidas com base em Rossi (2013) como ações e decisões do governo que buscam solucionar problemas presentes na realidade social.

Dentro do âmbito da sociedade, as políticas públicas apresentam de acordo com Lima (2014), várias categorias como política de infraestrutura, política ambiental, de desenvolvimento, ciência e tecnologia, política econômica, políticas sociais que estão direcionadas à atenção dos direitos básicos do cidadão envolvendo saúde, educação, lazer, alimentação, segurança, trabalho, moradia, assistencial social, dentre outras.

O Estado apresenta-se de suma importância no desenvolvimento das políticas públicas. Para Secchim e Pettene (1999, p.14) “Um Estado democrático, pautado por valores humanísticos, não pode se eximir desta responsabilidade”.

Outro aspecto importante é que a implantação das políticas públicas pressupõe o conhecimento do território, pois ajuda apreender o espaço de produção e reprodução das relações sociais ali presentes.

Tendo em vista os aspectos elencados, a presente pesquisa tem o objetivo de trazer para reflexão as políticas públicas e sua inserção no território, pois é sobre ele que o Estado e também a sociedade são agentes ativos.

Para atingir este objetivo, o texto apresenta-se estruturado a partir dessa introdução inicial e os seguintes tópicos: Metodologia, aporte teórico, os resultados que estão sub divididos em dois tópicos, o primeiro busca discutir sobre o conceito de políticas públicas enfatizando sua origem e características; o segundo faz uma abordagem sucinta



do conceito de território situando-o como, “chão das políticas públicas”; e por último traz-se as considerações finais.

METODOLOGIA

A presente pesquisa é de caráter qualitativo, pois prima pela qualidade e profundidade dos dados obtidos e não pela quantidade. Assumem características descritivas e exploratórias, no que se referem aos aspectos teóricos do problema abordado. Para Gil (2010, p. 48), “as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”.

Gil (2010), define a pesquisa exploratória como tendo o objetivo de proporcionar maior familiaridade com o problema a ser trabalhado, tornando-o mais explícito, buscando assim o aprimoramento das ideias. Para a realização deste trabalho, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, que é definida com base em material já elaborado, constituída de livros, artigos científicos e outros do gênero.

APORTE TEÓRICO

As discussões a que nos propomos partem do pressuposto de que a adoção do recorte territorial pelas políticas públicas se deu principalmente em virtude das mudanças que vinham ocorrendo a nível nacional e internacional em que o Estado passa a reconhecer as novas dinâmicas presentes no espaço e a necessidade de incorporar e reavaliar os instrumentos governamentais. Para alcançar esse objetivo, foram realizadas leituras e reflexões sobre a temática proposta, buscando autores como Azevedo (2003), Haesbaert (2004), Raffestin (1993), Rua (1998), Saquet (2011), Souza (2006), dentre outros.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Considerações sobre o conceito de políticas públicas



Muitas tem sido a discussão acerca da atuação do Estado, através das políticas públicas sobre os territórios, bem como a sua contribuição no planejamento e desenvolvimento de algumas áreas em determinados contextos sociais, o que instiga a lançar um olhar criterioso em busca da sua interpretação.

Quanto ao surgimento das políticas públicas vale salientar que enquanto área do conhecimento e disciplina acadêmica a mesma tem origem nos Estados Unidos, onde busca dar ênfase aos estudos direcionados à ação do governo. Ao contrário dos EUA, na Europa a área de política pública vai estar mais voltada para trabalhos baseados na explicação sobre o papel do Estado e a ele agregado a figura mais importante que é o governo criador das políticas públicas (SECCHIM e PETTENE, 1999).

As primeiras políticas públicas adotadas por vários governos a nível mundial foram àquelas voltadas para a restrição de gastos e só posteriormente o direcionamento para outras áreas como a econômica e o social ganham maior visibilidade de acordo Souza (2006).

Dentre os teóricos considerados fundadores da área de políticas públicas, Souza (2006) cita H. Laswell (1936), H. Simon (1957), C. Lindblom (1959; 1979) e D. Easton (1965). Para a referida autora, cada um dos teóricos contribuíram a seu tempo para o desenvolvimento da área.

A existência de várias definições do termo política pública resulta do caráter multidisciplinar que a mesma vem assumindo ao longo de sua evolução enquanto ciência. Assim, a Geografia, Sociologia, Economia, Ciência política, dentre outras partilham desse conhecimento e com isso tem concedido contribuições para o desenvolvimento da área tanto no que se refere ao aprimoramento teórico quanto empírico.

O termo política pública tem sua origem atrelada a países de língua Inglesa, por isso, sua escrita é *public policy*, e se traduz na língua portuguesa no sentido do termo como “política”, Rossi (2013).

Frey (2009) é um dos autores que trabalha com as políticas públicas e pode esclarecer algumas dúvidas. Por exemplo, ele explica sobre a ocorrência na literatura inglesa de três tipos diferenciados para a interpretação das políticas públicas. Esses termos seriam: *Politics*, *Polity* e *Policy*.

Quando o autor se refere à *Politics* enfatiza que esse conceito apresenta uma dimensão processual, revelando que o processo político tem caráter conflituoso no que se refere a seus objetivos, os conteúdos e as tomadas de decisões e de distribuição. Já o termo



Polity, Frey (2009) enfatiza que o mesmo tem dimensão institucional direcionando-se a ordem do sistema político norteado pelo sistema jurídico.

Por último, temos o termo *Pollicy* que está voltado para o caráter material da política e se referindo, portanto, aos conteúdos concretos que envolvem a configuração do programa, aos problemas técnicos e também aos conteúdos materiais das decisões políticas.

Para Souza (2006, p.12) “Não existe uma única e, nem melhor, definição sobre o que seja política pública” para fazer compreender que todas as ciências que se debruçam no entendimento das políticas públicas dão à mesma, certo grau de contribuição.

As políticas públicas podem ser entendidas como uma forma utilizada pelo Estado no intuito de responder aos direitos da sociedade. Rua (1998, p. 01) salienta que “[...] Uma Política Pública geralmente envolve mais do que uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas”.

Nessa perspectiva, entende-se a necessidade de um diagnóstico sobre o espaço em que serão implementadas as políticas, considerando a realidade socioeconômica, bem como um planejamento que esteja norteado por metas e objetivos a serem alcançados. Tendo em vista a importância do planejamento governamental no que se refere às políticas públicas, Oliveira (2006, p. 273) vem afirmar que:

O planejamento em políticas públicas tem de ser visto como um processo, e não como um produto técnico somente. A importância do processo se dá principalmente na implementação, pois esta é que vai levar aos resultados finais das políticas, programas ou projetos. [...] o planejamento é um processo de decisão político-social que depende de informações precisas, transparência, ética, temperança, aceitação de visões diferentes e vontade de negociar e buscar soluções conjuntas que sejam aceitáveis para toda a sociedade, principalmente para as partes envolvidas, levando continuamente ao aprendizado.

Embora seja ressaltado com algumas críticas, existem ainda os teóricos que enfatizam que a política pública surge a partir do momento em que se detecta determinado problema, que pode ser na esfera social, econômica, política ou ambiental e que o desenvolvimento das mesmas, que tem o Estado como planejador e executor, acabam por impactar de forma direta ou indireta na sociedade e na economia. Rossi (2013, p. 4) vem nos afirmar que



Na fase de elaboração das políticas públicas, está presente a identificação e definição do “problema” o que constitui ponto crucial e inicial de análise para o entendimento da articulação e objetivos que se pretendem materializar em uma intervenção. O “problema” pode ser compreendido como algo da realidade que necessita ser posicionado nas reflexões dos formuladores da política para que o foco seja delimitado e a precisão da política possa aumentar.

Dentro deste contexto, a identificação do problema é de suma importância, pois é a partir disso que surge a possibilidade de agendar a política pública juntamente com suas normas, objetivos e metodologias.

A identificação do problema, a sua delimitação e as possibilidades de enfrentamento, possibilita a avaliação de recursos disponíveis destinados à política e também é o viés necessário para as ações e efetividade da mesma. Nessa conjuntura, o Estado tem um papel de grande relevância em todas as instâncias que envolvem a política pública, pois o mesmo necessita desenvolver ações nas diferentes instâncias da sociedade para que possa vir a garantir o bem-estar e também os direitos dos cidadãos. Em síntese, o Estado, através do uso das políticas públicas sobre os territórios, funcionaria como uma ferramenta na diminuição dos diferentes tipos de desigualdades, principalmente socioeconômicas.

Entretanto, é importante frisar que a conjuntura que envolve as políticas públicas é bem mais complexa e mesmo sendo o Estado essa figura chave, outros agentes também estão englobados e que contribuem para as divergências de interesses e influências de forma substancial na elaboração e execução das políticas. Estas se dão em espaços de lutas e estão fortemente marcadas pela busca dos direitos.

Lindo (2011, p. 67) nos traz uma reflexão sobre a temática em debate quando nos questiona:

E quem são os envolvidos nesses jogos de poder? Quem são os outros agentes sociais envolvidos com as políticas públicas já que o estado não é o único exclusivo agente responsável pelas políticas? Os agentes sociais são todos aqueles que apresentam reivindicações ou executam ações que serão transformadas em políticas públicas. Os agentes dividem-se basicamente em dois grupos: os diretamente ligados à administração do Estado e os não diretamente ligados a essa administração (aí incluídas as instituições públicas que não operam no nível da administração estatal e da sociedade civil).

Lindo (2011) apresenta as fases que percorre o desenvolvimento de uma política pública, mostrando que as mesmas apresentam ligação entre si. Assim, a primeira fase consiste no agendamento da política pública com a identificação do problema e sua



delimitação (em seu livro ele se remete a políticas sociais), determinando as possíveis soluções para o problema, avaliando os custos e estabelecendo prioridades. A segunda fase, que consiste na formulação, seria o momento de selecionar as alternativas mais convenientes, definir objetivos e o marco jurídico, administrativo, financeiro e legal da implementação. A terceira fase seria colocar em prática a política e por último viria a avaliação que consiste na análise dos resultados da política.

É sabido que todas as fases são de suma importância e estão interligadas dentro de suas complexidades, mas a avaliação é um momento ímpar, tendo em vista que é a partir da mesma que se pode ter em mãos os resultados de todo o projeto desenvolvido pela política e os impactos advindos da mesma. Sejam eles positivos ou negativos, os resultados da avaliação permitem rever aspectos, modificá-los e melhorá-los.

Outro ponto que não pode ser deixar de ser enfatizado quando o objetivo é discutir políticas públicas refere-se ao modo como as mesmas podem ser classificadas. Assim, temos as políticas de caráter distributivo, redistributivo e regulatório. A primeira tem como característica se tratar de um procedimento mais pontual, no qual podemos citar como exemplo a oferta de equipamentos e serviços públicos. A segunda tem como objetivo a redistribuição da renda que pode se dar a partir de recursos ou financiamentos e, por último, a terceira que tem mais um caráter regulador da aplicação das políticas distributivas e redistributiva (AZEVEDO, 2003).

Considerando os aspectos anteriormente abordados, concluímos esse tópico enfatizando a importância que as políticas públicas tem ganhado na conjuntura atual. As mesmas têm assumido um papel preponderante principalmente no que se refere à diminuição das desigualdades sociais dentro do território brasileiro.

Refletindo sobre o conceito de território como “chão” das políticas públicas

Neste tópico procura-se trazer para o debate alguns dos autores que se dedicam a analisar o conceito de território, e a ele imbricado as novas ideias de sua operacionalização no debate das políticas públicas.

O conceito de território tem ganhado grande ênfase no contexto atual, pois passou a fazer parte das políticas públicas brasileiras sendo considerado como um recorte areal no qual o Estado intervém (LIMA, 2014).



Considerando a complexidade deste conceito, várias ciências tem se debruçado em busca da sua compreensão para que não perca a sua importância em usos de forma indevida, já que o mesmo evidencia a manifestação teórica de toda uma realidade social marcada por interesses diversos, ambições e principalmente desigualdades sociais. De acordo com Rossi (2012, p.27) “a perspectiva territorial nas políticas públicas abrange a discussão sobre os procedimentos envolvidos no processo de reconhecimento contínuo do território que estas ajudam a produzir”.

O conceito de território tem origem no contexto das preocupações da unificação alemã. Segundo Perico (2009), a conceituação associa-se a institucionalização da geografia com disciplinas europeias.

Na literatura acadêmica e principalmente na Geografia o conceito de território é visto na perspectiva das relações de poder imbricadas a grupos sociais em determinados espaços. Enquanto isso, na perspectiva operacional adotada pelo Estado brasileiro, o enfoque territorial é considerado uma ferramenta para se pensar o planejamento e a intervenção do Estado sobre a sociedade com base em diferentes escalas de atuação, Hespanhol (2010).

Para tanto, a compreensão do conceito de território faz-se necessária para que possamos pensá-lo como escala de atuação estatal através das políticas públicas.

Assim, entre as mais diferentes leituras elaboradas sobre o conceito de território, aquela realizada por Claude Raffestin (1993) é de grande significado. O mesmo dá ênfase ao caráter político do território, além de enfatizar que o espaço geográfico é condição pré-existente para o surgimento do território. Na concepção do autor

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...] o ator “territorializa” o espaço. (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

A partir das discussões do autor, entende-se que esse caráter apresentado pelo território no sentido político-administrativo contribui significativamente para o papel que o mesmo tem assumido no contexto atual no que se refere à implantação das políticas públicas.

É no território que se encontra uma complexidade de relações sociais marcadas muitas vezes por conflitos e interesses diversos, no qual se podem observar atentamente



as relações de poder (PERICO, 2009). Estas são marcantes no cotidiano dos grupos sociais presentes no território e são responsáveis de acordo com Rafestin (1993) por dar uma definição ao mesmo, contribuindo com o processo de territorialização, entendida de acordo com o referido autor, como “um conjunto de relações que se originam num sistema sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema” (RAFFESTIN, 1993, p.161).

Entretanto, é importante esclarecer que de acordo com Hespanhol (2010, p.03) uma “categoria essencial para a compreensão do território, que é o poder e as relações de conflito daí derivadas entre os diferentes atores não é considerada no âmbito das políticas públicas que procuram incorporar essa perspectiva”.

Assim, compreende-se que para a referida autora o uso do recorte areal do território dentro do contexto das políticas públicas brasileiras está associado ao caráter de relações sociais que marcam o mesmo, entretanto, não é levado em consideração nessa perspectiva o caráter de conflito e poder que marcam o território.

Enquanto isso, Lindo (2011) já analisa a ligação entre políticas públicas e o território em outra perspectiva. Para ele o poder está contido em todas as fases da política pública, do seu agendamento à sua avaliação. Além disso, a observação de como se dão as relações de poder na produção e reprodução do território condiciona a identificação das disparidades sociais e econômicas e suas manifestações.

Colaborando com esse pensamento, Haesbaert (2004, p. 115) nos afirma que o território “compõe de forma indissociável a relação dos grupos sociais no sentido de que as relações sociais são espaciais ou geograficamente mediadas”. Diante disso, entende-se o território como um espaço historicamente marcado pelas relações sociais. Estas condicionam o repasse de saberes e a cultura de uma geração para outra, o que mantém a reprodução da vida em sociedade.

Santos (2002) é outro autor que trabalha com o conceito de território, tratando-o como o lugar em que deságuam todas as ações, paixões, poderes, forças e fraquezas, o que em síntese condiciona toda a história do homem e a declaração de sua vivência territorial.

O território deve também ser compreendido como um espaço de organização e luta política, pois é através destes aspectos que se encontram intimamente imbricado, que se alcança a conquista da autonomia e do desenvolvimento com mais equidade social. Para Saquet (2011) a compreensão do território deve envolver o reconhecimento do seu



movimento, o que reflete na sua construção social e histórica pelos agentes do capital e do Estado que envolve diferentes classes sociais (relações de poder), interesses, intencionalidades, dominação e a gestão voltada para o desenvolvimento territorial.

O desenvolvimento territorial vai de a nova conotação que se busca nesse momento compreender, tendo em vista que muitas políticas públicas são implantadas nos territórios com o intuito de sanar problemas, desigualdades e condicionar ou não esse desenvolvimento.

O território, a partir do que se pode observar, guarda as particularidades intrínsecas de seu povo, da cultura e dos modos de vida e acabou por se tornar um recorte areal para a aplicação das políticas públicas. Estas devem prezar pelo caráter participativo dos grupos sociais que compõem o território, valorizando de acordo com Saquet (2011, p. 96) as “experiências locais e ativando sinergias já existentes entre os sujeitos, grupos, classes. Políticas que atendam as singularidade e particularidade de cada lugar-território, bem como aspectos comuns trans-multiescalares, em redes de cooperação”.

Com isso compreende-se que a abordagem territorial como véis das políticas públicas deve prezar o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, que possa de fato construir sua autonomia e produzir um território e territorialidade com novos perfis, já que é sobre o território que se pode visualizar as problemáticas sociais como a pobreza e as desigualdades que se materializam sobre o território a partir da relações de poder.

A partir das discussões trazidas sobre o conceito de território tendo como base diversos autores, compreende-se que os mesmos trazem para debate elementos de suma importância no contexto social como a presença de agentes, grupos, instituições e organizações que manifestam seus interesses e estratégias dando significado a territorialização nas mais diversas escalas, o que contribui para a imbricação desse conceito no contexto das políticas públicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no que foi exposto sobre o conceito de política pública e território podemos concluir que ambos estão intimamente imbricados. As políticas públicas são implantadas sobre o território tendo em vista ser este um espaço de produção e reprodução de diversas formas de poder, que congrega os mais diferentes tipos de relações sociais e



afetivas e consequentemente acaba sendo o lócus de vivência de determinados grupos de pessoas, criando enraizamentos e identidades.

A opção por esse recorte areal, marcado pela ação constante dos homens, de empresas e do próprio Estado nos leva a perceber quanto é importante a dinamicidade do território. Vale a ressalva de que a implantação de políticas públicas sobre os territórios deve considerar de forma substancial o conhecimento do mesmo, detectando as carências nos mais diversos âmbitos, seja ele econômico, político, social ou ambiental para que a mesma venha de fato se territorializar e propiciar resultados positivos para os agentes envolvidas.

Dessa maneira, espera-se que a leitura do texto sirva para despertar o interesse de novos pesquisadores e para reflexão do público interessado no assunto. Esperamos contribuir com as reflexões sobre o tema, bem como fomentar o surgimento de novas (Re) leituras e debates.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, S. D. **Políticas públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação.** Políticas públicas e gestão local. Rio de Janeiro: Fase, p. 38, 2003.

FREY, K. **Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil.** Planejamento e políticas públicas, n. 21, 2009. ISSN 0103-4138.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: “do fim dos territórios” à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2004.

HESPANHOL, Rosangela Aparecida Medeiros. A adoção da perspectiva territorial nas políticas de desenvolvimento rural no brasil/the adoption of the territorial perspective in the politics of rural development in brazil. campo-território: Revista de geografia agrária, v. 5, n. 10, 2010.

LIMA, F. E. D. S. Pobreza e desigualdades socioterritoriais: uma problematização acerca da perspectiva territorial nas políticas públicas sociais no município de Pau dos Ferros/RN. 2014.

LINDO, P. V. D. F. Geografia e política de assistência social: territórios, escalas e representações cartográficas para políticas públicas. Coleção PROPG Digital (UNESP), 2011. ISSN 8579831962.



OLIVEIRA, José Antônio Puppim de. **Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v40n2/v40n2a06.pdf>. Acesso em: 04 set. 2021.

PERICO, R. E. **Identidade e territórios no Brasil**. Brasília/DF: IICA, p.209, 2009.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

ROSSI, R. **A perspectiva territorial no debate das políticas públicas: Contribuições a partir da problematização geográfica**. GeoGraphos: Revista Digital para Estudantes de Geografía y Ciencias Sociales., v. 4, n. 33, p. 34-51, 2013. ISSN 2173-1276.

RUA, M. G. **Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos In: O Estudo da Política: Tópicos Seleccionados**. Ed. Brasília: Paralelo 15, 1998

SANTOS, M. O dinheiro e o território. In: **Território Territórios**. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense – Associação dos Geógrafos Brasileiros. Niterói, 2002. Disponível em: <www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/viewFile/2/2>. Acesso em: set. 2021.

SAQUET, M. A. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial**. São Paulo. Outras Expressões, 2011.

SECCHIM, Deneci Nascimento. PETTENE, Helio. **O papel do Estado na materialização das políticas sociais**. Faculdade de Nova Venécia-Espirito Santo. MEC nº 1299, Diário Oficial da União, 1999.

SOUZA, C. **Políticas públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, v. 8, n. 16, p. 20-45, 2006. ISSN 1807-0337.

TEIXEIRA, E. C. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. Salvador: AATR, 2002.